

Ramos, C. (2014). La modernización de la empresa chilena: posfordismo con huellas autoritarias. En A. Stecher & L. Godoy (Eds). Transformaciones del trabajo, subjetividades e identidades. Lecturas psicosociales desde Chile y América Latina. (pp.79-101). Santiago de Chile: RIL editores.

Capítulo 159

Violência Urbana: marcas traumáticas do inesperado no trabalho

Claudia Piccolotto Concolato¹ y Andrea Poleto Oltramari²

“Em determinado momento eles chegaram [em um dos estabelecimentos assaltados] com um refém, arrebetaram a frente, entraram né, fizeram todo mundo [que estava dentro] refém”. “...Quando deram o primeiro estouro, daí eu levantei e até olhei para trás porque eu não consigo enxergar lá na frente, daí que eu vi que os vigilantes gritaram que era assalto, daí que eu vi que tinha alguma coisa”. “Um deles [assaltante] veio sozinho pra cá com uma pessoa já na mira do revólver dele né, ameaçaram atirar na pessoa se não... então conseguiram entrar, foi autorizado ele entrar aqui, o pessoal daqui de dentro foi lá pra fora para um cordão humano e eu fiquei com o ladrão aqui para abrir o cofre.” “...Eles botam todo mundo para fora para fazer proteção para eles”.

Tal fato narrado acima diz de um episódio de violência urbana no trabalho, a qual mostra o inesperado – não no sentido fantástico ou inovador – mas o inesperado sombrio – durante a execução das atividades laborais levando as experiências de susto e terror que impactam diretamente nas relações de trabalho. Para compreender os resultados desse fato, faz-se uso da teoria psicanalítica, argumentando que o susto, o medo e a angústia fazem parte do cotidiano do trabalhador e incluem receio em relação à própria vida, deixando marcas que caracterizam o trauma psíquico, fragilizando as relações de trabalho.

A pesquisa ocorre no atual cenário brasileiro, mundialmente conhecido pela criminalidade. No Brasil já não há mais local de risco quando o tema é a violência urbana, a qual tem sido definida como toda a ação humana que ocasione a morte ou afete a integridade física, material, mental ou moral de outro sujeito (Minayo; Souza, 1998; Tavares dos Santos, 2004; Melo, 2010).

Argumenta-se que o modo de tratar episódios de violência urbana dentro das organizações diz respeito à forma como se manifestam as Relações de Trabalho na atualidade: cada vez mais fragilizadas (Gaulejac, 2007; Faria e Menegheti, 2002). Durante o trabalho o sujeito está tal em

1. Doutoranda UFRGS. Email: claudia.con@terra.com.br

2. Docente PPGA/UFRGS. Email: andrea.oltramari@ufrgs.br

estado de disponibilidade para a realização das tarefas laborais que se encontra especialmente despreparado para um evento como assalto ou sequestro. Este tipo de violência o encontra em estado indefeso, desprotegido, causando, portanto, importante impacto subjetivo, aqui compreendido pela noção de trauma psíquico (Freud, 1926/1976; Laplanche, 1993 E 1994, Santos Filho, 2011).

Salienta-se que, desde as entrevistas realizadas para reconhecimento do tema, foi possível identificar que, quando a violência urbana adentra o espaço laboral, temos a conjunção de elementos, os quais dizem respeito ao trabalhador (cuja vida fica afetada pela vivência), à empresa (responsável pelo trabalhador e pelo ocorrido durante a execuções de suas atividades profissionais) e ao Estado (responsável pela segurança pública), tal como apresenta Fischer (1987).

Este estudo objetivou compreender os impactos nas relações de trabalho a partir de um episódio de violência urbana vivenciado por um grupo de trabalhadores de uma pequena comunidade no interior do Brasil.

A Violência Urbana: marcas do traumático

A violência urbana é um termo utilizado para abordar a violência cotidiana enquanto problema da sociedade urbana, vinculando, na maioria das vezes, a questão da criminalidade em ações como assaltos, sequestros, assassinatos (Gullo, 1998; Izumino e Neme, 2002). Conforme Neme (2005), no Brasil, a criminalidade violenta é um problema nacional.

Considerando a perspectiva histórica e cultural, torna-se relevante apresentar que no Brasil até os anos de 1970 o estudo da violência raramente tomava o ângulo da criminalidade, a qual não era considerada um problema a ser enfrentado, o que adveio nos anos 1980 com o aumento da criminalidade. A violência popular era entendida por muitos como uma reação legítima ao poder ilegítimo do Estado. Os estudos das práticas extralegais do período da ditadura militar predominavam no campo acadêmico, mesmo depois da Constituição de 1988, que estabelecia no país um Estado democrático de Direito (Zaluar, 1999).

É possível olhar para a violência urbana e suas marcas a partir da psicanálise. Partindo dos estudos de Bleichmar (2010), apresenta-se a proposição de que o debate do incremento da violência não pode ser travado considerando apenas os fatores externos, como a ditadura, o

neoliberalismo. É importante considerar as consequências para a subjetividade dos sujeitos desses aspectos apresentados, modos de ser e viver que desconsideram o semelhante. Pode-se associar a isso, a ideia apresentada por Concolato, Oltramari e Santos Filho (2016), sobre as relações de trabalho individualizadas, cuja gestão institui a competitividade entre colegas, planos de carreira individualizados, questões já apontadas por Gaulejac (2007).

Para Freud, não há maneiras de livrar os homens de seus desejos agressivos e destrutivos, contudo, todas as ações que favorecem os vínculos emocionais entre eles atuam contra a guerra, bem como se desenvolvem por amor ao outro e por identificação com o outro (Freud, 1932/1976). Muitos autores contemporâneos estudam a questão do enfraquecimento dos laços fraternos (Birman, 2006), o predomínio do individual sobre o laço social (Gaulejac, 2007), os quais se sustentam pelo amor e pela identificação. Pontos que merecem ser considerados, para a compreensão de formas de enfrentamento da violência.

Nesse âmbito, o estudo olha o fenômeno da violência urbana dentro dessa perspectiva integradora, compreendendo-a como um fenômeno humano que tem íntima ligação com o social e o político, assim como produz marcas subjetivas em todos. Para permitir a compreensão dessa perspectiva apresenta-se um panorama teórico - ancorado na psicanálise - sobre o susto, o medo e a angústia. Inicialmente, Freud (1920/1976) adverte claramente que susto, medo e angústia são termos usados equivocadamente como sinônimos.

Laplanche (1993), explica como Freud, ao longo da sua obra, abordou esses conceitos. Para este autor, Freud tratou de explicar que a angústia se refere a um estado, uma forma de sentir-se, sem que se tenha um motivo específico, um objeto definido para o qual ela é dirigida. O medo, ao contrário, pressupõe um objeto definido, do qual “se tem medo”. Há ainda o susto, o qual se sente quando chega uma situação de perigo, em que o sujeito não está preparado. Nesse caso, o fator surpresa é um elemento que faz a diferença: o indivíduo é surpreendido, sem que o aparelho psíquico possa munir-se para enfrentar a situação (Laplanche, 1993).

O susto, além da não preparação, também carrega consigo o elemento do transbordamento. Por falta de preparo do psiquismo, a pessoa é invadida por um excesso de sensações, sentimentos (em psicanálise diz-se que são excitações para o aparelho psíquico), os quais, psicicamente, convertem-se em quantidade de energia superior àquela costumeiramente vivida pelo sujeito, por isso transborda à sua capacidade de elaboração psíquica. Laplanche (1993) refere que o susto é como uma derrota subjetiva, pois não houve preparação do sujeito para esse transbordamento,

de tal modo que fracassa a capacidade de simbolização. Nesse âmbito, Laplanche (1993, p. 49) afirma que “traumatismo e susto estão estreitamente solidários”.

A evolução da teoria freudiana sobre a angústia permitiu identificar que o ego é capaz de fornecer um sinal de angústia, o qual permitiria uma espécie de preparo para uma situação de perigo, cujo objetivo seria proteger o aparelho psíquico do transbordamento, portanto do seu efeito traumático. Entretanto, essa operação mental só é possível quando o psiquismo já foi capaz, no passado, de suportar outras situações, em que fora invadido pelo excesso de excitações advindas da chamada angústia automática. Dessa forma, a angústia automática caracteriza-se pela inundação do aparelho psíquico por excitações que ele não é capaz de dominar, levando-o a sensação de desamparo (Laplanche, 1994; Freud, 1926/1976).

Sabe-se que esse desamparo que está na origem do sujeito o acompanha ao longo da vida, bem como fica evidente a importância que os outros (um outro humano, semelhante) têm na vida de qualquer ser humano (Bleichmar, 2011; Birman, 2006). Dessa forma é possível acompanhar a ideia de que há uma estreita relação entre angústia, medo, susto e desamparo. Dentro dessa visão, abre-se um espaço de investigação acerca de como se dá essa relação nas situações de risco no trabalho, que diz do inesperado, como aquelas nas quais a violência urbana ataca o trabalhador.

Presume-se que, quando o trabalhador é vítima da violência urbana no seu espaço de trabalho, vive conjuntamente as experiências do susto, do medo, da angústia e do desamparo. Logo, poderá adquirir caráter traumático para o psiquismo e, conseqüentemente, interferir em toda a vida posterior do sujeito. Santos Filho (2011) refere que o trauma é a combinação única entre uma excitação excessiva ao aparelho psíquico e os recursos que a pessoa dispõe para liquidá-la resulta numa delicada composição cujos resultados impactam os rumos futuros de uma vida e portanto, também de uma carreira. Evidencia-se, portanto, que os episódios de violência urbana podem constituir-se, por excelência, como traumáticos.

Método

O Caso

O estudo se deu em uma cidade no Brasil, de pequeno porte, com cinco mil habitantes. Em 2017, pela segunda vez, moradores e trabalhadores dessa comunidade sofreram um assalto que se caracteriza por um grupo de assaltantes mascarados, fortemente armados, que fazem reféns

funcionários e clientes do estabelecimento assaltado, bem como membros da comunidade. O assalto caracteriza-se por intenso tiroteio, uso de cordão humano como meio de proteção dos assaltantes e reféns para fugir do local. A proximidade dos estabelecimentos bancários permite que três bancos sejam assaltados simultaneamente.

Os sujeitos

Foram entrevistadas nove pessoas, funcionários dos bancos assaltados, de diferentes funções, idade e tempo de empresa: gerente, segurança, estagiário, caixa; funcionários da prefeitura que estavam a serviço no banco, no momento do assalto; e a prefeita da cidade. Pessoas com idade entre 20 e 51 anos; homens e mulheres; casados, solteiros e separados; com e sem filhos; com experiência profissional e tempo de empresa no dia do assalto que variou de uma semana a trinta anos.

Estratégia de pesquisa

A pesquisa, de caráter qualitativo e importante salientar que há a migração da violência urbana para pequenas cidades, corroborando com Adorno e Dias (2014) quando afirmam que a escalada da violência no Brasil não se resume aos grandes centros urbanos.

Percorrendo as marcas do trauma: impactos nas relações de trabalho

Enquanto para os gestores há uma racionalização e naturalização do fato ocorrido, para os outros trabalhadores o trauma é sentido com mais força e sofrimento. Os trabalhadores que não possuem a responsabilidade pela gestão da agência manifestam sentimento de insegurança e de indignação, bem como referem que se questionam sobre seguir na profissão.

Durante as entrevistas, as palavras: susto, trauma, terror foram as mais repetidas. Chama atenção que praticamente todos os entrevistados referiram que se sentem extremamente alertas a barulhos, aos quais reagem imediatamente em lembrança ao dia do assalto. Angústia sinal (Laplanche, 1993; 1994; Freud, 1926/1976), que se por um lado protege - uma vez que põem o sujeito em estado de alerta, por outro cria um constante estado de tensão emocional, já que é unânime a certeza de que vai ocorrer novamente. Este assalto, foi o segundo episódio dessa natureza - em 2015 houve um assalto quase igual, algumas pessoas presenciaram os dois. Embora a violência urbana não esteja na esfera de um evento advindo da organização e sim do entorno social, esta tem impactado fortemente a relação do sujeito com seu trabalho causando-lhe sofrimento e a sensação de ser prisioneiro de uma carreira que pode lhe custar a vida, como

refere um entrevistado:

“(...) se tivesse tido possibilidade de ter saído do banco, eu teria saído por questão de segurança. Eles poderiam ter matado alguém. E, se eu não lembrasse a senha [para a abertura do cofre] podia ter acontecido alguma coisa, poderiam ter me matado. A ameaça foi clara: “eu vou atirar”. (...) eu pensei muito na minha filha, na minha própria segurança pessoal, se tivesse condições de ter saído do banco eu teria saído. Mas claro, hoje o mercado, a estabilidade, é tudo complicado.

Sentimento de serem tratados com descaso, de trauma, terror e pânico bem como a sensação de não ter como escapar refletem-se em todas as entrevistas comprovando marcas traumáticas e desamparo psíquico (Freud, 1926/1976; Laplanche, 1993; 1994; Santos Filho, 2011).

Ampliando a vivência de desamparo, um dos entrevistados refere que:

“o banco vê primeiro o patrimônio. Os processos de segurança são arranjados em função do patrimônio. A gente fica um pouco revoltado, porque eu tive que fazer um relato minucioso do ocorrido ao setor de segurança da empresa, sendo que o fato de que o assaltante me exigia que eu passasse a senha porque ele ameaçou atirar em um colega é um fato que parece não ter muita importância, infelizmente”.

Isso posto, percebe-se a banalidade com que a violência urbana tem sido tratada e está impregnada também na forma como as organizações tratam esses eventos, muitas vezes desresponsabilizando-se, demonstrando ausência de comprometimento com os rastros de devastação e prejuízo psíquico que os atos de violência urbana deixam em suas vítimas.

A violência urbana é ou não um problema causado pelas condições de trabalho, ou decorrentes da natureza do trabalho realizado? Pode ser compreendida no mesmo rol dos acidentes de trabalho? Nesses eventos tanto a integridade física como psíquica do trabalhador está em risco. Contudo, foi possível perceber que as empresas, amparadas no fato de que a segurança pública é dever do Estado, nem sempre tratam esses episódios como decorrentes da natureza do negócio e, portanto, como um acidente de trabalho.

Cabe apontar que acerca da atual realidade da violência urbana nos espaços de trabalho, embora ela seja fruto de uma situação social maior e independa das ações das empresas, essa

realidade tem atingido com frequência cada vez maior o trabalhador durante a execução do seu trabalho, todavia não encontrou-se em nenhuma entrevista menção a uma política mais clara a esse respeito. E aquelas que existem aludem a colocar o trabalhador em contato com algum profissional da empresa ou terceiro, com quem não possui nenhum laço de convivência, denotando formalismo nas relações. Tal burocratização dos procedimentos aporta a ideia de que, se eles existem, são mais para atender a possíveis “risco trabalhistas” e cumprir com obrigações “pró-forma” do que para atender um trabalhador em sofrimento.

A falta de potência das instâncias, tradicionalmente responsáveis pela segurança do sujeito e do trabalhador, passa a ser vivida como impotência do próprio sujeito. Em contribuição a este aspecto, Birman (2006) ao analisar o atual cenário brasileiro, refere que as pessoas perderam a ilusão de um Estado soberano que as proteja do desamparo, causando um sentimento de desalento. As pessoas, individual e coletivamente, sustentavam a crença de um soberano que as protegia, assim assujeitavam-se a ele em nome da qualidade de vida e do amor. Tal proteção foi retirada, advenços como a globalização contribuíram para esse fato, o esvaziamento da soberania mostra que o Estado não pode mais dar sua contrapartida no pacto anteriormente estabelecido, rompe-se assim a ordem existente. Para o autor (Birman, 2006) a disseminação da violência é uma das consequências desse cenário.

Partindo dos aspectos apresentados nessa seção, sobre a ação das empresas e do Estado, o cenário encontrado revela sujeitos desamparados. A psicanálise compreende o desamparo como presente desde as origens do sujeito, o qual nasce em completa dependência de outrem para satisfazer suas necessidades de sobrevivência. Nascemos em “estado de desamparo”, na qualidade de recém-nascido somos impotentes e incapazes de qualquer ação coordenada e eficaz. Essa condição acarreta um incremento da tensão de necessidade, cujo insipiente psiquismo do bebê não é capaz de dar conta. Esse fato demonstra que o psiquismo está destinado a se constituir na relação com um outro humano adulto, em posição de alteridade e em condição de ir em auxílio a esse bebê “desamparado” e “despreparado”. Para o homem adulto, esse estado de desamparo será o protótipo da situação traumática geradora de angústia (Laplanche; Pontalis, 1994).

Partindo dessa compreensão, é possível estabelecer uma relação entre o trauma e esse estado inicial de desamparo do homem, na medida em que, na situação traumática, o psiquismo também se encontra tomado de um excesso do qual não pode livrar-se, nem descarregar de maneira adequada, o que toma a forma de angústia.

Do mesmo modo que é verdade que a condição de desamparo faz parte da existência humana, também é verdade que, desde a infância, o sujeito é capaz de tolerar o desamparo. Nesse sentido, estamos de acordo com Menezes (2012), quando coloca sobre a importância da mãe (o outro humano adulto que se encarrega da criança) desempenhar sua função, permitindo a criança poder, aos poucos, passar por um processo de desilusão acerca de sua onipotência, bem como encontrar um processo de subjetivação junto ao mundo real, o qual não corresponde àquele que ela imaginava. Assim, a realidade do desamparo pode ser uma experiência tolerável, permitindo ser aceitável a ideia de que não há um ser capaz de garantir-lhe a estabilidade e a proteção absoluta.

Contudo, considera-se importante destacar que o desamparo somente é aceitável e tolerável, porque há alguém em posição de alteridade que acompanha o sujeito. Então, ao mesmo tempo em que não há a ilusão de uma proteção absoluta, também não há a solidão. Há o encontro com alguém que pode oferecer algum nível de apoio, no sentido de ajuda/assistência alheia que permita o enfretamento por si mesmo dos perigos do mundo.

Pretende-se argumentar que, em situações de violência urbana no trabalho, pode instalar-se o desamparo, pois o sujeito sente que não há com quem contar, não há esperança de que algo será feito para minimizar esses riscos. Não se trata de eliminar os riscos, nos refiro ao constatado nas entrevistas: ninguém acredita que algo está sendo feito para enfrentar o problema, todos sentem-se entregues ao risco. E está impossibilidade de enfrentamento do risco que caracteriza o desamparo.

Tais constatações corroboram para argumentar sobre as condições de insegurança de um mundo de flexibilidades (Menezes, 2012), o enfraquecimento das instâncias que outrora ordenavam o modo de viver (Bauman, 1999), o sentimento dos trabalhadores de ameaça e exclusão, bem como a ausência de esperança por melhores condições (Dejours, 2007). Nessas condições a saúde mental do trabalhador padece.

Considerações Finais

Para permitir melhor compreensão do episódio estudado ancorou-se na psicanálise na busca da compreensão dos conceitos de susto, o medo e a angústia, uma vez que a incursão pelo material empírico marcou a banalidade com que os episódios de violência urbana são tratados, a falta

de perspectivas de melhores condições de segurança, a ausência de dispositivos de amparo às vítimas, o que demonstra claramente o desamparo do trabalhador na atualidade.

Encontra-se sugerido que as empresas não têm procedimentos ou regulamentos para atender o trabalhador que sofre este tipo de violência no cumprimento de suas atividades. Fica a critério de cada empresa como proceder em situações de violência urbana. Assim, a maioria espera acontecer e, quando ocorre, encontra um meio de tratar, tendo em vista que as leis trabalhistas no Brasil não contemplam episódios de violência urbana no trabalho ainda que estes sejam cotidianos.

Os achados empíricos mostram que há uma extensa agenda de pesquisa a ser explorada em relação a violência urbana no trabalho: consequências para a saúde mental do trabalhador, impacto nas relações familiares, novas formas de sofrimento no trabalho, criação de políticas públicas para enfrentamento da violência no trabalho e políticas de gestão de pessoas que visem o amparo das vítimas.

Referências

Adorno, Sérgio; Dias, Camila. Monopólio estatal da violência. In: Lima, Renato Sérgio De; Ratton, José Luiz; Azevedo, Rodrigo Ghiringhelli (Org). Crime, Polícia e Justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014.

Bauman, Z. Globalização: consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

Birman, J. Arquivos do Mal-Estar e da Resistência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Bleichmar, Silvia. La construcción del sujeto ético. Buenos Aires: Paidós, 2011.

_____. Violência social, violência escolar: de la puesta de limites a la construcción de legalidades. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico, 2010.

Concolatto, Claudia P.; Oltramari, Andrea P.; Rodrigues, Tatiana G. Mudanças nas relações de trabalho e o papel simbólico do trabalho na atualidade. Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, n. 9, v. 4, jun. 2017.

Concolato, Claudia; Oltramari, Andrea P.; Santos Filho, Francisco Carlos. Relações de Trabalho e Psicanálise: um diálogo em aproximação. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, Porto Alegre, out./2016. Disponível em: <<https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/viewFile/103/95>>. Acesso em: 04 maio 2017.

Dejours, Christophe. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

Faria, José Enrique De; Meneguetti, Francis Kanashiro. A instituição da violência nas relações de trabalho. Enanpd, 2002. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpd2002-grt-453.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2017.

Fischer, Rosa Maria. Pondo os Pingos nos “is”: sobre as relações do trabalho e políticas de administração de recursos humanos. In: Fleury, M. T.; Fischer, R. M. (Coord.). Processo e relações do trabalho no Brasil. São Paulo: Atlas, 1987.

Freud, Sigmund. Por que a guerra? In: Edição standard brasileira das obras completas psicológicas de Sigmund Freud. V. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1976 [1932].

_____. O mal-estar na civilização In: Edição standard brasileira das obras completas psicológicas de Sigmund Freud. V. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1976 [1930].

_____. Inibição, Sintomas e Ansiedade In: Edição standard brasileira das obras completas psicológicas de Sigmund Freud. V. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1976 [1926].

Gaulejac, Vincent De. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.

Gullo, Álvaro De Aquino S. Violência Urbana um problema social. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 105-119, maio 1998. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86719>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

Izumino, Wânia Pasinato; Neme, Cristina. Violência Urbana e Graves violações de Direitos Humanos. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 54, n. 1, jun./set. 2002. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252002000100022&script=sci_arttext>.

Acesso em: 28 abr. 2017.

Laplanche, Jean. Vocabulário de Psicanálise. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. A Angústia. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Melo, Elza Machado. Podemos Prevenir a violência? In: Melo, Elza Machado. Podemos Prevenir a violência: Teorias e Práticas. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde. 2010.

Menezes, Lucianne Santa'anna. Psicanálise e Saúde do Trabalhador: Nos rastros da precarização do trabalho. São Paulo: Psi Primavera Editorial, 2012.

Minayo, Maria Cecília De Souza; Souza, Edinilsa. Ramos De. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, v. IV, n. 3, p. 513-531, nov. 1997-fev. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n3/v4n3a06.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

Neme, Cristina. Violência e segurança: um olhar sobre a França e o Brasil. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 25, p. 123-137, nov. 2005. Disponível em: <<http://br.123dod.com/document/8ydn27jq-violencia-e-seguranca-um-olhar-sobre-a-franca-e-o-brasil.html>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

Santos Filho, Francisco Carlos Dos. Traumatismo psíquico: realidade dos fatos, realidade psíquica e des(a)tino do sujeito. 2011. 187 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14997> . Acesso em 07 janeiro 2018.

Santos, José Vicente Tavares Dos. Violências e Dilemas do Controle social nas sociedades da “Modernidade Tardia”. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 3-12, jan./mar. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100002>. Acesso em: 20 abril 2017.

Wieviorka, Michel. O novo paradigma da violência. Tempo Social: Revista Sociologia USP, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 5-41, maio de 1997.

Wood Jr., T.; Tonelli, M. J.; Cooke, B. Para onde vai a gestão de pessoas? GV Executivo, v. 11, n. 2, jul./dez. 2012.

_____. Colonização e Neocolonização da Gestão de Recursos Humanos no Brasil (1950-2010). ERA, v. 51, n. 3, maio/jun. 2011.

Zaluar, Alba. Violência E Crime. In: Miceli, S. (org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). V. 1: antropologia. São Paulo: Anpocs, 1999. p. 13-107. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/universo/acervo/biblioteca/coletaneas/o-que-ler-na-ciencia-social-brasileira-1970-1995-opcao-b/volume-i-antropologia/631-violencia-e-crime/file>>. Acesso em: 02 maio 2017.

Capítulo 160

Assédio moral: análise comparativa entre programas de pós-graduação stricto sensu públicos e privados no contexto brasileiro

Vanessa Rissi¹, Janine Kieling Monteiro² y Vinicius Renato Thomé Ferreira³

O assédio moral corresponde a práticas abusivas no contexto do trabalho, frequentes e repetidas, que objetivam a humilhação da vítima, o que atinge a sua dignidade e coloca em risco a sua integridade pessoal e profissional (Freitas, Heloani & Barreto, 2008). No Brasil, tomou proporções tamanhas a ponto de ser considerado um problema de saúde pública (Oliveira & Nunes, 2008).

Segundo a Organização Mundial da Saúde e a Agência Europeia de Saúde e Segurança no Trabalho (OMS, 2004; EU-OSHA, 2009), o assédio está relacionado ao adoecimento de trabalhadores. Os efeitos adversos da exposição frequente e prolongada a atos negativos podem variar de sintomas depressivos e de ansiedade, a doenças somáticas, como problemas cardiovasculares e queixas musculoesqueléticas (Jacobsen, Nielsen, Einarsen, & Gjerstad, 2018).

Também foram descritos como consequências do assédio, sintomas de estresse (Verkuil, Atasayi, & Molendijk, 2015) e alterações físicas, como cefaleia, problemas de sono e fadiga (Goris et al., 2016). Trabalhadores vitimados por assédio também apresentaram maior probabilidade de ideação suicida em relação aos que não sofreram (Pompili et al., 2014) e estão mais propensos a sofrer de doenças em geral, mesmo após um longo tempo desde o incidente (Kostev, Rex, Waehlert, Hog, & Heilmaier, 2014). Independente da direção do assédio seja ela advinda de superiores, de pares, de subordinados ou misto, o processo é sempre nocivo (Heloani & Barreto, 2010).

O assédio moral abrange duas grandes perspectivas: a do assédio interpessoal e a do assédio

1. Programa de pós-graduação stricto sensu em Psicologia. Faculdade Meridional – IMED – Passo Fundo – RS - Brasil. Email: vanessa.rissi@imed.edu.br

2. Programa de pós-graduação stricto sensu em Psicologia. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – São Leopoldo – RS - Brasil. Email: janinekm@unisinossinos.br

3. Programa de pós-graduação stricto sensu em Psicologia. Faculdade Meridional – IMED – Passo Fundo – RS - Brasil. Email: vinicius.ferreira@imed.edu.br